

A Gestão Participativa de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica no contexto de programa de Internacionalização

The Participative Management of Professional and Technological
Education Institutions in the context of an
Internationalization program

 **Ivanete Bellucci Pires de Almeida¹**

 **Sueli Soares dos Santos Batista²**

 **Luis Enrique Aguilar³**

 **Marcela Mendes⁴**

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar as políticas de internacionalização na perspectiva da gestão participativa em duas instituições de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil e do Peru. A abordagem teorico-metodológica supõe o exercício comparativo e o tratamento dos casos. Interações entre forças globais, econômicas

¹ Doutora em Educação pela Faculdade de Educação (UNICAMP). Pesquisadora do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional do CEETEPs, do grupo de políticas públicas. Diretora da Fatec Sumaré – SP. Email: ivanete.bellucci@fatec.sp.gov.br

² Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Professora e pesquisadora do Mestrado Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). Email: suelissbatista@uol.com.br

³ Doutor em Educação, Professor Livre Docente e Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Presidente da Sociedade Brasileira de Educação Comparada SBEC. Email: eaguilar@unicamp.br

⁴ Professora Mestra em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional, Mestrado Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Professora de cursos técnicos do eixo Gestão e Negócios e Serviços Jurídicos e Diretora na Etec de Carapicuíba Email: mendes.marcela@gmail.com

e culturais e os contextos locais são demonstradas no campo da educação comparada pelos autores Aguilar (2018), Arnove (2012), Cowen (2012), Han (1971), Kazamias (2012), Lourrenço Filho (2004), Mazon (2015). Abordam-se as políticas de profissionalização e a gestão escolar participativa nas instituições pesquisadas quanto às concepções e estratégias adotadas por elas. Conclui-se que há pequena participação dos alunos na gestão de instituições e espaços escolares, tais como Grêmios Escolares ou Centros Acadêmicos, Associações de Pais e Mestres, Associações Atléticoas ou, ainda, Conselhos de Escola e Congregações nas duas instituições pesquisadas.

Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica; internacionalização; gestão escolar participativa e democrática.

Abstract

The aim of this study is to analyze the internationalization policies from the perspective of participative management in two institutions of Professional and Technological Education in Brazil and Peru. The theoretical-methodological approach presupposes comparative exercise and the treatment of cases. Interactions between global, economic and cultural forces and local contexts are demonstrated in the field of comparative education by the authors Aguilar (2018), Arnove (2012), Cowen (2012), Han (1971), Kazamias (2012), Lourrenço Filho (2004), Mazon (2015). Professionalization policies and participative school management in the researched institutions are presented regarding the conceptions and strategies adopted by them. We concluded that there is a little participation of students in the management of school institutions and spaces, such as School Clubs or Students' Unions, Parents and Teachers Associations, Athletic Associations or, still, School Councils and Congregations in the two institutions researched.

Keywords: Professional and technological education, internationalization, participative and democratic school management.

1. Introdução

A escola é uma instituição social e, como tal, desempenha papéis fundamentais no desenvolvimento humano. É espaço de socialização, é espaço de conhecimento, de troca de saberes, de novas experiências, de descobertas. Deverá ser, também, espaço de desenvolvimento da autonomia do aluno. Ele se descobrirá cidadão crítico na medida em que compreender seu papel na sociedade e puder, na mesma proporção, participar ativamente do processo de tomada de decisões nos espaços em que vive, dentre eles a escola.

De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2011), o próprio conceito de participação está fundamentado no princípio da autonomia que, em suas palavras significa a capacidade das pessoas e dos grupos para a livre determinação de si próprios, isto é, para a condução da própria vida.

Esse artigo é parte de estudos que temos realizado no âmbito de comparações que têm a escola como unidade de análise visando compreender a cultura institucional e a realidade educacional em diferentes contextos com suas aproximações e distanciamentos (Manzon, 2015).

Se é possível realizar uma analogia ou correlação entre as Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo e as Instituições de Educação Profissional e Tecnológica do Peru, em termos de democratização e gestão participativa da escola, esta foi a questão norteadora da pesquisa.

Parte-se do pressuposto de que o planejamento escolar pode contemplar, internamente, mecanismos de gestão democrática, a partir de interações entre seus atores principais (comunidade externa, direção, professores e alunos), nas instituições de EPT dos dois países estudados.

A presente pesquisa tem como objetivo geral a realização de um estudo comparado, na perspectiva da gestão participativa, em escolas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), uma localizada no Brasil, mais especificamente no Estado de São Paulo, e uma instituição de EPT no Peru. Pretende-se como objetivo específico, identificar, nos modelos de gestão das instituições analisadas, práticas similares ou inovadoras que possibilitem a participação comunitária efetiva nas decisões e ações escolares.

Apresenta-se a Educação Comparada enquanto metodologia de pesquisa, abordando-se, ainda, o estudo de caso como estratégia de investigação. A abordagem metodológica nesta pesquisa pressupõe o exercício comparativo de base documental e o tratamento dos casos escolhidos como uma estratégia de descobrir semelhanças e diferenças e obter explicações sobre a natureza das mesmas. Os casos estudados e objeto de comparação nesta pesquisa estão aconrados teoricamente na modalidade de estudos de casos comparativos (Bogdan e Biklen, 1994) e os procedimentos se apoiam na descrição densa, a justaposição, a interpretação e a comparação propriamente dita (Ferran Ferrer, 2002).

Discute-se a gestão participativa e democrática, e os principais conceitos e visões sobre gestão escolar, desde o modelo mais tradicional, derivado do modelo de administração capitalista empresarial, até as abordagens mais atuais. Também são tratadas as formas com que a comunidade escolar poderá participar ativamente da gestão da escola, abordando-se o papel do Projeto Político-Pedagógico, dos Grêmios Estudantis, dos Conselhos de Escola, Associações de Pais e Mestres e outras possibilidades de participação. É importante enfatizar que essa comparação é feita no contexto de aproximação entre essas instituições a partir de parcerias internacionais para o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica.

2. Gestão participativa e democrática

No Brasil, o movimento democrático ganhou força na década de 1980, após o último período ditatorial e a reabertura política do país (entre 1979 e 1985). A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, trouxe, em seu preâmbulo, o ideal de instituir-se um estado democrático, que garantisse o exercício de direitos sociais e individuais, assegurando-se, no parágrafo único de seu artigo 1º, que todo o poder emana do povo.

Dessa perspectiva, do poder que emana do povo, derivam as regras que possibilitam a participação popular nos assuntos públicos em todas as esferas, de maneira direta ou por intermédio de representantes eleitos. Nas escolas, o reflexo desse movimento se deu, especialmente, pela garantia da participação e colaboração da sociedade na educação, além de declarar-se a gestão democrática

do ensino público como princípio legal do ensino brasileiro, regra que se repetiu, a posteriori, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996.

Sabendo-se que, num contexto de sociedades neoliberais, o modo comumente observado de administração das instituições sociais, sejam elas quais forem, deriva do modelo de administração capitalista empresarial, cujo objetivo central (a busca contínua pelo lucro) pressupõe a determinação de meios de controle para melhoria de seus processos de produção, sempre com maior eficiência, observa-se que a escola também tem refletido essa prática em seus processos organizacionais internos. Pode-se afirmar que o gerencialismo em detrimento do antigo modelo de bem-estar social a gestão escolar democrática está em segundo plano nas práticas educativas, em detrimento da gestão gerencialista apresentada nas políticas educacionais, uma espécie de tecnologia que atravessa a lógica das políticas educacionais em nível internacional, apresentando a educação como um serviço e os educandos como consumidores desse serviço (Gewirtz e Ball, 2011; Peters, Marshall e Fitzsimons, 2004).

Importa destacar, contudo, as especificidades dos termos administração e gestão da educação, bem como compreender as maneiras como são encontrados nos estudos sobre administração ou gestão escolar (Dourado, 2006).

Embora compreendidos, na maior parte das obras, como sinônimos, entende-se, para fins deste estudo, que o termo gestão é mais amplo do que o de gestão escolar, tratando-se de uma alternativa para o processo político-administrativo da educação, conforme apontado por Dourado (2006). Importante, ainda, estabelecer-se o conceito de gestão escolar, em toda a sua abrangência. Para tanto, utilizou-se nesse estudo a definição de Libâneo, Oliveira e Toschi (2011), que melhor se adequa aos objetivos aqui propostos. Assim, podemos dizer que gerir uma escola é conduzir as funções de planejar, organizar, dirigir e avaliar, articulando-se e integrando-se, nesse processo de condução, as atividades das pessoas que nela atuam, colocando-se em ação todo um sistema organizacional.

Paro (2015), também aborda a questão da direção escolar, mas sob outro ângulo: a atividade administrativa ou gerencial do diretor como uma questão pedagógica, ou melhor, a coexistência de ambas. Diferente do que a maioria dos

estudos aponta, as atividades administrativas conduzidas pelo Diretor da escola são dotadas de um caráter também pedagógico. Há assim, que se colocar em pauta o caráter administrativo de toda prática pedagógica e as potencialidades pedagógicas da gestão escolar como âmbitos coexistentes no universo educacional.

Na tentativa de melhor compreender o processo de gestão escolar ou de gestão da educação, de maneira mais ampla, diversos autores têm se empenhado em aprofundar os estudos sobre a evolução do conceito e em perspectivar novos caminhos para que os ideais de participação do povo, titular do poder, sejam concretizados de fato no ambiente escolar.

Demerval Saviani (2012) analisa a questão da democracia na escola sob o ponto de vista do desenvolvimento do ensino, enfatizando os procedimentos de ensino e suas finalidades. A democracia do ponto de vista dos procedimentos de ensino e suas consequências políticas para a sociedade está na gestão democrática sob o aspecto da condução das atividades escolares pelos diretores ou gestores, coordenadores, professores, funcionários, alunos e pais de maneira colaborativa, participativa, considerando-se os procedimentos administrativos das escolas técnicas, ora estudadas, e a problematização das questões do entorno da escola.

Dinair Leal da Hora (2012) aponta diferentes modos com que a democratização nas escolas tem sido estudada: quanto ao acesso à escola: quanto aos processos pedagógicos (na mesma linha estudada por Saviani) e quanto aos processos administrativos internos. Vale ressaltar, conforme entendimento da autora e aqui corroborado, que o processo de democratização da escola ou da educação, de maneira mais ampla, engloba todos esses processos.

A democratização da escola no Brasil acompanhou o processo de redemocratização do país, na década de 1980. A Constituição da República, de 1988 garantiu à todos o direito à educação, como dever do Estado e da Família e declarou a gestão democrática do ensino público (Artigo 206, VI) como princípio, que se repete na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Apesar da garantia legal, autores diversos demonstram que, historicamente, a gestão escolar se desenvolveu e fundamentou nos mesmos moldes que a administração empresarial, segundo o sistema capitalista e à luz da Teoria Geral de

Administração, atrelando-se à metas de produtividade e eficácia comuns no cenário empresarial (Muccilo e Almeida, 2010).

Nesse sentido, ainda temos como fundamento para a gestão escolar, entre outros, os modelos introduzidos por Taylor e Fayol. Estes moldes, de administração empresarial capitalista, têm sido debatidos nos últimos anos, em razão das contradições entre a busca de produtividade e eficácia, próprias do capitalismo, e o objetivo da escola. É preciso ficar bem claro para a escola que a linguagem técnica e quantitativa tem contribuído para o distanciamento entre os sujeitos (professores, alunos, funcionários, pais) e o objeto do conhecimento. (Veiga e Fonseca, 2001).

Na educação enquanto instrumento de transformação da sociedade, Vitor Henrique Paro (2012) afirma que a atividade administrativa, no âmbito escolar, poderá se colocar à serviço dessas transformações ou, de modo contrário, auxiliar na perpetuação da ordem já estabelecida.

Para o autor, a educação transformará a sociedade na medida em que possibilitará aos revolucionários (classe dominada) a aquisição dos saberes diversos concentrados nas mãos da classe dominante. Saberes estes que, por sua vez, permitirão a afirmação e emancipação cultural na luta pela desarticulação do poder capitalista e organização de nova ordem social (Paro, 2012), desde que, contudo, a escola deixe de atender às determinações e interesses da classe que domina o sistema político e econômico.

Diversas são as formas com que a comunidade escolar poderá participar, de maneira ativa, das questões e decisões escolares, realizando a democracia idealizada.

A participação ocorrerá, principalmente, através dos Grêmios Estudantis, dos Conselhos Escolares e Associações de Pais e Mestres, da construção do Projeto Político e Pedagógico da Escola, da construção conjunta dos Regimentos Escolares, dos Calendários Escolares, da escolha do Diretor. Cada um desses momentos permissivos da participação comunitária, bem como as instituições auxiliares participativas, será melhor detalhado no decorrer do texto. Importa dizer, contudo, que alunos, seus pais ou representantes legais, os docentes, funcionários, representantes do Poder Público, do empresariado local e do terceiro setor, por

exemplo, poderão compor os Conselhos Escolares para participarem das decisões da escola de seu Município, que afetam diretamente o contexto social e econômico em que ela está situada.

Entretanto, é preciso observar-se que, para viabilizar essa participação e fazer com que ela se torne hábito, que seja incorporada no ambiente escolar e passe a ser encarada como responsabilidade de cada agente da escola, a postura do diretor/gestor precisa ser condizente com o ideal democrático perseguido. Vitor Paro (2012) afirma a necessidade de extrair-se da figura do diretor todo o autoritarismo historicamente centralizado, distribuindo-se as responsabilidades e autoridade da escola entre os seus diversos setores, de maneira coletiva.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2011), por sua vez, apresentam quatro modelos ou concepções pelas quais a gestão escolar pode ser encontrada na escola, que podem ser, em última instância, analisadas em razão do grau de participação da comunidade em seus processos. Pela primeira, a concepção técnico-científica, há grande predominância de práticas e termos da administração empresarial, com processos bastante burocráticos. A segunda concepção, que o autor chama de autogestionária, caracteriza-se pela descentralização ou mesmo ausência de direção, com a participação igualitária de todos os membros da instituição. O terceiro modelo, interpretativo, considera como elemento prioritário na análise dos processos de organização e gestão os significados subjetivos, as intenções e a interação das pessoas. Por último, o autor explica a quarta concepção, a democrático-participativa, que melhor se coaduna com os ideais democráticos perseguidos pela sociedade contemporânea:

De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2011, p. 325) “A concepção democrático-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e os membros da equipe. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos”. Os autores defendem também que “as tomadas de decisões podem ser coletivas, advoga que cada membro da equipe assuma sua parte no trabalho, admitindo a coordenação e a avaliação sistemática da operacionalização das deliberações” (Libâneo, Oliveira e Toschi, 2011, p. 325).

Importa lembrar, ainda, que gerir a escola participativamente é processo relativamente novo na história da Escola no país. A construção da democracia é diária e todos os agentes escolares e as relações criadas no ambiente escolar são fundamentais nesse processo (Cruz, 2012).

3. A educação comparada

Importa notar que a história de cada país, suas crenças, o sistema econômico, o sistema político, a cultura (que influencia o modelo educacional adotado em cada canto do planeta) são diferentes, por certo. De acordo com Aguilar (2016), esses fatores ou variáveis (temporais, espaciais e culturais) precisam ser pensados de maneira conjunta, indissociável, para que o estudo comparado tenha, de fato, qualidade. A educação comparada se propõe, assim, a realizar estudos na perspectiva da internacionalização dos muitos programas de educação mundo afora (Arnove, 2012, p. 131).

Nesse cenário como é possível abordar questões referentes à internacionalização da educação por meio de parcerias que visam estabelecer diálogos e cooperações em meio a concepções e processos de gestão democrática e participativa nas instituições escolares em diferentes países latino-americanos? Em tempo de globalização, a comparação entre escolas de países vizinhos latino-americanos pode resultar em novos olhares para a gestão participativa na escola.

As repúblicas latino-americanas constituem um campo especialmente interessante para estudos de Educação Comparada, porque talvez em nenhum outro lugar tenhamos a oportunidade de observar a combinação e a relação, às vezes paradoxal, entre os fatores socioeconômicos e a necessidade de democratização da educação e das instituições escolares (Hans, 1971).

3.1 Instituições *loci* da pesquisa

As escolas técnicas e tecnológicas brasileiras escolhidas para a realização da pesquisa, fazem parte da rede de escolas administradas pelo Centro Paula Souza (CEETEPS), autarquia do Estado de São Paulo que, na perspectiva de internacionalização da educação, já mencionada, realiza convênios e parcerias com

outras instituições educacionais para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tais convênios e parcerias tratam, por exemplo, da organização e docência dos cursos técnicos e tecnológicos ofertados; da formação e capacitação de profissionais, intercâmbio com universidades, órgãos de fomento e instituições científicas; promoção de congressos, simpósios e seminários; do desenvolvimento de pesquisas aplicadas em diferentes áreas entre outros.

O CEETEPS administra 221 (duzentas e vinte e uma) Escolas Técnicas e 73 (setenta e três) Faculdades de Tecnologia, distribuídas pelo Estado de São Paulo. Alguns municípios contam com mais de uma unidade e outros com classes descentralizadas. O CEETEPS está em aproximadamente 300 (trezentos) municípios do Estado de São Paulo.

Ofertando cursos desde 1969 com a criação da Fatec São Paulo, uma das primeiras unidades (em conjunto com a unidade de Sorocaba), inaugurada em 10 de abril de 1973, a instituição em 2019 contou com mais de 207.000 (duzentos e sete mil) alunos matriculados nos cursos técnicos e 82.000 (oitenta e dois mil) alunos matriculados nos Cursos Superiores de Tecnologia.

O CEETEPS oferta cursos técnicos em consonância com a Resolução do CNE em conjunto com a CEB nº 6 de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Segundo a mesma Resolução, a EP deste nível é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio, podendo ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica (BRASIL, 2012) e também os cursos superiores de tecnologia, ofertados pelo CEETEPS, são organizados de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo CNE, respeitando o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST).

Dentre as parcerias internacionais firmadas pelo CEETEPS, está a Sociedade Nacional das Indústrias, a SENATI, no Peru. A estratégia institucional de internacionalização está fortemente apoiada na política de acordos e parcerias institucionais de natureza internacional priorizadas com o objetivo de levar a cabo ações de intercâmbio de conhecimentos, modos de organização institucional e curricular na condução de cursos, na troca de visitas institucionais de docentes e alunos tendo como horizonte de escolha o

perfil de formação e sobre tudo o significado de instituição congênere, condição que acaba se com figurando como um vetor de intencionalidade da estratégia de internacionalização.

A instituição peruana possui 81 centros de formação e capacitação em todas as regiões do país. Em 2017, contava com 93.111 alunos em cursos de formação profissional, o que representa 36,7% do total das matrículas do país, contemplando 73 carreiras (Peru, 2018). Conta, também, com “instalações produtivas”, que consistem em escolas inseridas nas empresas, que no ano em questão totalizavam mais de 9.600 unidades. Há também uma preocupação em relação à participação da comunidade nos processos educacionais, para garantia do pleno exercício da cidadania e efetiva democracia. No Peru, a Lei Geral de Educação nº 28044/03, regulamenta a educação. O sistema de ensino está organizado em etapas, níveis, modalidades, ciclos e programas. As etapas existentes são: educação básica e educação superior. A educação básica é obrigatória e gratuita, se subdividindo em educação regular, alternativa (para jovens e adultos fora de fase) e especial (para estudantes com necessidades educativas especiais). A educação básica regular compreende os seguintes níveis: educação inicial (para crianças menores de 06 anos), primária (com duração de 06 anos) e secundária (com duração de 05 anos). Na educação secundária, os estudantes receberão formação científica, humanística e técnica, neste caso, com o complemento oferecido pela Educação Técnico Produtiva.

Não há a pretensão de comparar-se modelos que, por natureza, sejam incomparáveis. Não se abordarão, a fundo, questões geográficas ou aspectos políticos e econômicos, mas pretende-se, na perspectiva da internacionalização da Educação Profissional, por força do acordo de cooperação existente entre as duas Instituições de EPT dos citados países, aprofundar nos estudos sobre os modelos de gestão escolar adotados para, como apontou Lourenço Filho (2004), assinalar semelhanças e diferenças e, quem sabe, extrair-se inferências, correlações e explicações que possibilitem o aprimoramento dos modelos praticados.

A preocupação da abordagem comparativa na pesquisa está marcada pela natureza do objeto: duas realidades institucionais que pertencem a realidades nacionais diferentes e, para além de descobrir semelhanças e diferenças

nos preocupamos por compreender e explicar como pode ocorrer um conjunto organizado de ações de cooperação técnica internacional interinstitucional.

Para atendimento às novas demandas profissionais mundiais, verificou-se que, tanto o CEETEPS quanto o SENATI, estão atentos à necessidade de fomento aos acordos internacionais de cooperação e a realização de programas de pesquisas conjuntos. Proporcionando aos alunos maior mobilidade acadêmica com a participação em eventos, intercâmbios, pesquisas que possibilitem a ampliação de suas competências para a formação de profissionais mais completos, e que consigam permanecer no mundo do trabalho. No entanto, para os limites desse estudo, enfatiza-se a tentativa de aproximação entre essas instituições por meio de interações quanto aos modelos de gestão escolar.

O Acordo de Cooperação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 2017, firmado entre o CEETEPS e o SENATI de Lima tem o objetivo de:

[...] contribuir à promoção, desenvolvimento e à capacitação técnica e científica dos recursos humanos do CEETEPS e do SENATI, através do intercâmbio e a transferência de conhecimentos e tecnologia, assim como do intercâmbio de material bibliográfico e didático de interesse assim como a execução dos projetos de interesse para ambas instituições, que permitam aperfeiçoar os programas curriculares de suas áreas técnicas, a planificação estratégica e a gestão da qualidade (CEETEPS e SENATI, Acordo de Cooperação).

As instituições declaram, no documento, possuírem a mesma missão em termos de contribuição para o desenvolvimento econômico e social de seus países, por meio *de capacitação e atualização tecnológica de recursos humanos e do fomento ao desenvolvimento tecnológico e à pesquisa aplicada*.

Ao longo do documento não está clara a definição terminológica dada a convênio e acordo de cooperação, ficando evidente apenas a distinção entre Convênio Marco e convênios que possam advir desse Convênio Macro a partir de Planos Operacionais e Projetos Específicos.

As duas partes (CEETEPS e SENATI) são apresentadas de distintas formas no documento, sendo a descrição do CEETEPS pautada na sua abrangência territorial e numérica no Estado de São Paulo, enquanto o SENATI é descrito na sua especificidade como instituição pública de gestão privada, além de outros aspectos institucionais. É interessante tentar recuperar a maneira como o documento foi construído para que se compreenda porque, embora seja declarada a coincidência das missões das duas instituições, mesmo no formato de suas respectivas apresentações essas coincidências não podem ser compreendidas a partir da leitura do documento.

Ao mencionar as missões das duas instituições é ressaltada a proposta mútua de contribuir ao desenvolvimento econômico e social mediante a formação, a capacitação e atualização tecnológica de recursos humanos e o fomento ao desenvolvimento tecnológico e a pesquisa aplicada. A coincidência entre essas missões é destacada após as partes declararem que têm vontade de participar de forma conjunta em atividades, projetos e programas no marco do presente Convênio, orientados à geração e transferência de conhecimentos e tecnologias necessários para o desenvolvimento econômico e social e para o aumento da capacidade do país no uso e aplicação da ciência e a tecnologia à atividade produtiva (Cláusula Segunda). Essa formulação revela uma perspectiva ampla das missões dessas instituições, bem como seu caráter estratégico para o desenvolvimento econômico e social dos respectivos países por essas instituições representados. Ao declararem mutuamente que o Convênio Marco tem por objeto contribuir à promoção, desenvolvimento e à capacitação técnica e científica dos recursos humanos das instituições (Cláusula Terceira) há uma ênfase no sentido de desenvolver trocas institucionais no âmbito do ensino e das práticas de gestão

As ações previstas no Acordo são concebidas para que CEETEPS e SENATI atinjam variados objetivos, entre os quais destacando o que se refere diretamente ao aprimoramento mútuo da gestão escolar, tais como a capacitação e aperfeiçoamento de funcionários, diretivos, assessores, alunos, profissionais instrutores e pessoal administrativo de ambas instituições, através de cursos,

seminários, congressos, estágios técnicos ou empresariais, seja de forma presencial e/ou virtual.

Para além da leitura do documento em tela, o estudo de caso, enquanto estratégia, permitiu uma investigação mais aprofundada das instituições *loci* da pesquisa, com a coleta de informações mais detalhadas, como indicadores das regiões e das unidades, seus projetos e respostas a um questionário proposto.

Quanto ao instrumento de coleta de dados, adotou-se o questionário, sendo que a amostragem foi aleatória dentro do grupo de alunos das escolas técnicas escolhidas por conveniência. A técnica de amostragem por conveniência prevê, como o próprio nome sugere, uma amostra selecionada, identificada primeiramente por conveniência. Elementos são incluídos na amostra sem probabilidades previamente especificadas ou conhecidas antes de serem selecionados. Por exemplo, um pesquisador que faz pesquisas em uma universidade pode utilizar estudantes voluntários para compor uma amostra, simplesmente porque eles estão disponíveis e participarão como objetos de pesquisa. (Anderson, Sweeney e Williams, 2007).

Verificou-se dentre a população amostral, quantos alunos já participaram da gestão da escola, fazendo parte de Grêmios Estudantis, dos Conselhos Escolares e Associações de Pais e Mestres, da construção do Projeto Político e Pedagógico da Escola, da construção conjunta dos Regimentos Escolares, da confecção de Calendários Escolares ou, mesmo, da escolha do Diretor, além de compreender a perspectiva de todos sobre suas participações (Tabela 1).

Tabela 1. Questionário de investigação sobre participações dos alunos nas decisões democráticas e participativas da escola

01 Instituição de Ensino que frequenta: ☐ Etec Professor Celso Gíglío ☐ Etec Professor André Bogasian ☐ Senati 02 Sua Escola tem uma direção centralizada em uma única pessoa (Diretor) ou é dirigida por um coletivo de profissionais atuantes (Coordenadores e outros funcionários)? ☐ Uma única pessoa ☐ Um coletivo de pessoas 03 Você tem contato com o Diretor/Gestor, o Coordenador de seu curso ou outras pessoas da administração escolar? ☐ Sim, com Diretor/Gestor, Coordenador e outras pessoas da administração escolar ☐ Apenas com o Diretor ☐ Apenas com o Coordenador ☐ Não tenho contato com nenhuma pessoa da administração escolar 04 Na sua Escola, professores, direção, funcionários e coordenadores participam intensamente das atividades escolares? ☐ Sim, participam ☐ Participam parcialmente ☐ Não participam 05 Você já foi convidado para participar do processo de tomada de decisões na Escola, fazendo parte do Grêmio Escolar, Conselho de Escola, APM, Eleição de Diretores ou de qualquer outra forma? ☐ Sim ☐ Não ☐ Não me recordo 06 Você participa (ou já participou) de: ☐ APM ☐ Grêmio Estudantil ou outro tipo de associação de alunos ☐ Conselho de Escola ☐ Eleição de Diretores ☐ Outra Instituição Auxiliar (qual? _____) ☐ nunca participei de nenhuma dessas instituições 07 Você conhece o Projeto Político Pedagógico de sua Escola? ☐ Sim ☐ Não 08 Você já participou da elaboração do Plano Escolar e Projeto Político Pedagógico de sua escola? ☐ Sim ☐ Não Explique como participou: _____ 09 Você tem interesse em participar das decisões escolares? ☐ Sim ☐ Não Explique como gostaria de participar: _____ 10 Seus pais (ou responsáveis) já participaram do Conselho de Escola ou da APM? ☐ Sim ☐ Não

Fonte: Elaborado pelos autores

Para tanto, como base para a elaboração das questões de natureza qualitativa, utilizou-se o entendimento de Dinair Leal da Hora sobre os aspectos

essenciais para a realização da participação social na escola, criando-se grupos de questões que procurem atender aos quatro importantes pontos levantados pela autora: "(a) A extração do autoritarismo centralizador; (b) A diminuição da divisão do trabalho que reforça as diferenças e os distanciamentos entre os segmentos sociais; (c) A eliminação do binômio dirigentes e dirigidos; (d) A participação efetiva dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões, conscientizando a todos de que são os autores da história que se faz no dia a dia" (Hora, 2012, p.46).

A análise dos dados coletados nos questionários foi indutiva, partindo-se das respostas particulares apresentadas para chegar-se à conclusão e generalização dos resultados.

4. Resultados e análises

O questionário on-line foi encaminhado para o e-mail de cerca de 500 alunos dos cursos Superiores em Tecnologia da Fatec São Paulo do CEETEPS. Obteve-se o retorno de 360 (trezentos e sessenta) alunos e suas respostas. Todos eles aceitaram participar da pesquisa, concordando com termo de consentimento livre e esclarecido, que se constituiu na primeira pergunta do questionário.

Desse total de alunos respondentes, 104 (cento e quatro) cursaram o Ensino Médio Técnico, ou seja, já estavam inseridos na Educação Profissional desde então. Os demais (256) cursaram o Ensino Médio Regular. Essas informações foram coletadas na segunda pergunta do questionário.

Além das perguntas referentes à participação na gestão escolar, os alunos também responderam perguntas relacionadas à Internacionalização da Educação Profissional.

As perguntas de número 03 a 10 foram respondidas com base nas experiências vivenciadas pelos alunos quando cursaram o Ensino Médio (Técnico ou Regular). As perguntas de número 11 a 14 foram respondidas com base nas experiências vivenciadas enquanto alunos do Ensino Superior Tecnológico. Já as perguntas de número 15 e 16 procuraram compreender o entendimento e as experiências dos alunos no que se refere à Internacionalização da Educação.

Primeiramente, foram analisadas as respostas referentes à gestão escolar participativa, tomando-se como referencial os quatro importantes aspectos indicados por Dinair Leal da Hora para que, de fato, exista democracia nas instituições de ensino, que se constituirão em duas categorias para a análise (Tabela 2).

Tabela 2. Categorias de análise

Categoria	Descrição	Questões
Categoria 01	a) a extração do autoritarismo centralizador; b) a diminuição da divisão do trabalho que reforça as diferenças e os distanciamentos entre os segmentos sociais; c) a eliminação do binômio dirigentes e dirigidos;	03, 04, 05, 06, 07, 12 e 13
Categoria 02	d) a participação efetiva dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões, conscientizando a todos de que são os autores da história que se faz no dia a dia (Hora, 2012)	08, 09, 10, 11 e 14

Fonte: Elaborado pelos autores

Na categoria de análise 01 procurou-se identificar se as experiências dos alunos no Ensino Médio e no Ensino Superior, em termos de democracia e participação, demonstraram que a gestão da instituição era descentralizada da figura do Diretor, apontando para a diminuição da divisão do trabalho e eliminação do binômio dirigentes/dirigidos, abrangendo, portanto, três dos quatros itens levantados pela autora para a confirmação da gestão participativa na escola.

A segunda, Categoria 02, trata da efetiva participação dos diferentes autores na tomada de decisões escolares. Em seguida, são analisadas as respostas referentes à Internacionalização da Educação Profissional, para que se possa verificar a compreensão dos alunos sobre o tema e suas vivências a ele relacionadas.

A terceira pergunta do questionário procurou identificar se a Escola (de ensino Médio) tinha uma direção centralizada em uma única pessoa (Diretor) ou era dirigida por um coletivo de profissionais atuantes (Coordenadores, professores e funcionários). Como resposta, 58,19% alunos informaram que a direção era centralizada em uma única pessoa, enquanto 41,81% informaram que havia um coletivo de profissionais atuantes na gestão escolar, conforme Tabela 3.

Tabela 3. Percepção quanto ao Modelo de Gestão Escolar (Ensino Médio)

Descrição	FATEC	SENATI
Gestão centralizada em uma única pessoa	58,19 %	61,11%
Gestão realizada por um coletivo de pessoas	41,81 %	38,89%
Total	100 %	100 %

Fonte: Elaborado pelos autores

A Tabela 4 é correspondente à quarta e quinta perguntas, que procuraram identificar se o aluno tinha contato ou acesso ao Diretor/Gestor da Escola, Coordenadores ou outras pessoas da gestão escolar. Em relação as respostas dos alunos foram encontrados 53,22% de participação, quanto aos coordenadores e demais pessoas da gestão escolar apenas (49,12%) participavam da gestão ou tinham acesso aos gestores.

Tabela 4. Acesso ao grupo de gestão escolar (ensino médio)

Descrição	Sim Sempre	Sim Eventualmente	Não Nunca	Percentual Total
Contato com Diretor/Gestor	18,13%	53,22%	28,65%	100%
Contato com Coordenadores ou outras pessoas da administração escolar	35,09%	49,12%	15,79%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores

Já a Tabela 5 corresponde à sexta pergunta, cujo objetivo foi identificar se, na Escola, direção, coordenadores, professores e funcionários participavam, intensamente, das atividades cotidianas. Os alunos, declararam que a participação era parcial (51,17%), e 38,89% deles afirmaram haver participação diária intensa do grupo.

Tabela 5. Participação do Grupo de Gestão Escolar (Ensino Médio)

Descrição	Sim	Sim	Não	Percentual Total
Direção, coordenadores, professores e funcionários participavam, intensamente, das atividades cotidianas	38,89%	51,17%	9,94%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores

A Tabela 6, por sua vez, corresponde à sétima pergunta, que procurou identificar se, durante o Ensino Médio, os alunos tiveram a oportunidade de participar do processo de tomada de decisões na Escola, por meio do Grêmio Escolar, Conselho de Escola, APM, Eleição de Diretores. Apenas 13,16% informaram que não se recordam, outros 34,21% afirmaram que receberam convites e outros 52,63% informaram que não receberam convites para participarem.

Tabela 6. Oportunidade de participação (Ensino Médio)

Descrição	Sim	Não	Não Recordo	Percentual Total
Você já foi convidado para participar do processo de tomada de decisões na Escola, fazendo parte do Grêmio Escolar, Conselho de Escola, APM, Eleição de Diretores ou de qualquer outra forma	34,21%	52,63%	13,16%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores

Nas perguntas 12 e 13 do questionário, respondidas com base na experiência dos alunos no Ensino Superior Tecnológico. A Tabela 6 corresponde às respostas para ambas as questões, que procuraram também identificar se o aluno tem contato com o Diretor/Gestor da Faculdade, Coordenadores ou outras pessoas da administração. A maior parte dos alunos informou não ter contato com o Diretor

(79,22%) e ter contato eventual com coordenadores e demais pessoas da administração (53,90%).

Tabela 7. Acesso ao Grupo de Gestão da Instituição (Ensino Superior)

Descrição	Sim Sempre	Sim Eventualmente	Não Nunca	Percentual Total
Contato com Diretor/Gestor	2,27%	18,51%	79,22%	100%
Contato com Coordenadores ou outras pessoas da administração	22,40%	53,90%	23,70%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores

Nesta primeira categoria de análise temos que, nas escolas de Ensino Médio, a gestão estava centralizada no Diretor, embora um grande número de alunos tenha afirmado que havia um coletivo de profissionais atuantes na gestão escolar e que tinham contato, ainda que eventual, com todas as pessoas da gestão escolar, e que participavam das atividades escolares. Esses números podem demonstrar um caminho para a descentralização da figura do Diretor e para a diminuição da divisão do trabalho nas escolas, ideal para que se configure o ambiente educativo democrático e participativo almejado pela sociedade – a transformação social esperada e citada por Paro (2012). Contudo, observa-se que a maior parte dos alunos afirma não participar do processo de tomada de decisões na Escola, fazendo parte do Grêmio Escolar, Conselho de Escola, APM, Eleição de Diretores.

Em relação às experiências democráticas no Ensino Superior, no que tange à extração do autoritarismo centralizado na figura do diretor, os alunos afirmaram que seu maior contato é com os coordenadores de curso e outras pessoas da administração, esse dado aponta para o caminho da descentralização, indica que o Diretor deve ser apenas uma das peças no coletivo escolar.

A oitava pergunta do questionário procurou identificar se o aluno, quando cursou o Ensino Médio, participou efetivamente da gestão escolar, como membro do Conselho de Escola, da Associação de Pais e Mestres, de eleição para escolha de

diretores, Grêmio Estudantil ou outro tipo de associação de alunos. Como resposta, 69,30% dos alunos informaram que nunca participaram de nenhuma das instituições, apenas 7,89% informaram que participaram da APM, 3,22% participaram do Conselho de Escola, 8,77% participaram da escolha dos diretores, enquanto 19,01% informaram que participaram de Grêmios ou outras associações de alunos.

Essa informação confirma os dados extraídos da sétima questão. A maior participação dos alunos ocorreu nos Grêmios Estudantis. As demais instituições pouco foram citadas. A participação nos Conselhos de Escola, órgão de grande importância para a gestão escolar, foi menos significativa se comparada às demais (Tabela 8).

Tabela 8. Participação efetiva dos alunos na Gestão Escolar (Ensino Médio)

Descrição	Percentual
Associação de Pais e Mestres	7,89 %
Grêmio Estudantil ou outra Associação de alunos	19,01 %
Conselho de Escola	3,22%
Eleição de Diretores	8,77%
Nunca participaram	69,30%

Fonte: Elaborado pelos autores

A pergunta nove, por sua vez, procurou identificar se os alunos já participaram da elaboração do Plano Escolar e Projeto Político Pedagógico de suas escolas e de que forma participaram. Apenas 0,88% responderam afirmativamente. Explicaram que participaram da organização, com sugestões de novas estratégias para os Trabalhos de Conclusão de Curso ou com sugestões para a distribuição das aulas entre os docentes, de acordo com sua competência.

Já na décima pergunta, os alunos informaram se seus responsáveis já participaram do Conselho de Escola ou da APM. Apenas 11,70 % responderam afirmativamente, informando que seus responsáveis participavam de reuniões do Conselho e APM, auxiliavam nos eventos da escola e realizavam doações.

Ainda nesta categoria de análise, estão as perguntas 11 e 14 do questionário, respondidas com base na experiência dos alunos no Ensino Superior Tecnológico. A Tabela 9 corresponde às respostas para ambas as questões, que procuraram também identificar as formas de participação dos alunos nas instituições de sua Faculdade:

Tabela 9. Participação efetiva dos alunos do Ensino Superior

Descrição	Participação - Percentual
Congregação	6,49 %
Centro Acadêmico	8,44 %
Associação Atlética	8,12%
Empresa Júnior	0,97%
Não participam	82,47%
Outras	4,55%

Fonte: Elaborado pelos autores

Os alunos que informaram participarem de outras instituições, citaram: Centro de Inovações (ICenter), BAJA SAE (competições entre Instituições de Ensino Superior de Engenharia e Tecnologia), Fatechgirls (projeto em parceria com a Sociedade Brasileira de Computação, para promover a participação das mulheres na área de Tecnologias da Informação) e o Clube de Línguas.

Observa-se, portanto, que na Faculdade o número de participações informadas foi ainda menor que no Ensino Médio, demonstrando que a efetiva participação dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões caminha a passos lentos nas instituições de educação.

Quanto às perguntas sobre Internacionalização da Educação Profissional, procurou-se compreender o entendimento dos alunos acerca do tema, bem como suas experiências estudantis. A Tabela 10 resume as respostas apresentadas à décima quinta pergunta. A maior parte dos alunos entende que Internacionalização da Educação se refere às trocas de experiências entre as instituições de ensino do mundo, com a promoção de Intercâmbios, realização de projetos de pesquisa conjuntos, efetivação de parcerias internacionais para o aprimoramento dos cursos

(39,85%) em atendimento às demandas do mundo global. Uma grande parcela dos alunos respondentes (34,48%) entende que se trata da adoção de um padrão internacional para a educação, outra parcela dos alunos informou desconhecer o tema (17,24%) ou, ainda, apresentou respostas muito distantes do conceito de Internacionalização da Educação (10,34%).

Tabela 10. Compreensão do tema Internacionalização da Educação

Descrição	Percentual
Trocas de experiências entre as instituições de ensino do mundo, com a promoção de intercâmbios, realização de projetos de pesquisa conjuntos, efetivação de parcerias internacionais para o aprimoramento dos cursos	39,85%
Adoção de modelo/padrão internacional para a educação	34,48%
Não souberam responder	17,24%
Outras	10,34%

Fonte: Elaborado pelos autores

Já a décima sexta pergunta, por sua vez, procurou identificar se o respondente já participou de Intercâmbios, Congressos ou Simpósios Internacionais enquanto estudante. Apenas 12,34% dos alunos respondeu afirmativamente, sendo que a maior parte deles participou de Congressos e Simpósios realizados no Brasil e apenas 7 alunos já participaram de Programas de Intercâmbio Internacional para estudos.

No SENATI, o questionário foi encaminhado para o e-mail de 106 (cento e seis) alunos, de acordo com as possibilidades apresentadas pela Coordenação Acadêmica da Escuela de Postgrado Tecnológico do SENATI, com a intermediação da Assessoria de Relações Internacionais do CEETEPS. Dentre os alunos, estavam recém diplomados (58 alunos) nos cursos Superiores de Tecnologia e alunos do Programa de Mestrado Internacional (48). Obteve-se o retorno de 20 (vinte) alunos e suas respostas. Todos eles aceitaram participar da pesquisa, concordando com termo de consentimento livre e esclarecido, que se constituiu na primeira pergunta do questionário.

Os alunos do SENATI apresentaram percentuais muito próximos: 61,11% afirmaram que a direção era centralizada em uma única pessoa, enquanto 38,89% informaram que havia um coletivo de profissionais atuantes na gestão escolar, conforme Tabela 11:

Tabela 11. Percepção quanto ao Modelo de Gestão Escolar (Ensino Médio)

Descrição	FATEC	SENATI
Gestão centralizada em uma única pessoa	58,19 %	61,11%
Gestão realizada por um coletivo de pessoas	41,81 %	38,89%
Total	100 %	100 %

Fonte: Elaborado pelos autores

A Tabela 12 é correspondente à quarta e quinta pergunta, que procuraram identificar se o aluno tinha contato ou acesso ao Diretor/Gestor da Escola, Coordenadores ou outras pessoas da administração escolar. A maior parte dos alunos da Fatec São Paulo informou ter acesso ou contato, eventualmente, tanto aos Diretores (53,22%) quanto aos coordenadores e demais pessoas da administração escolar (49,12%). A mesma informação foi colhida em relação aos alunos do SENATI: ter acesso ou contato, eventualmente, tanto aos Diretores (61,11%) quanto aos coordenadores e demais pessoas da administração escolar (55,56%).

Tabela 12. Acesso ao Grupo de Gestão Escolar (Ensino Médio)

Descrição	Sim Sempre		Sim Eventualmente		Não Nunca	
	FATEC	SENATI	FATEC	SENATI	FATEC	SENATI
Contato com Diretor/Gestor	18,13%	11,11%	53,22%	61,11%	28,65%	27,78%
Contato com Coordenadores ou outras pessoas da administração escolar	35,09%	27,78%	49,12%	55,56%	15,79%	16,67%

Fonte: Elaborado pelos autores

Já a Tabela 13 corresponde à sexta pergunta, cujo objetivo foi identificar se, na Escola, direção, coordenadores, professores e funcionários participavam, intensamente, das atividades cotidianas. Os alunos da Fatec São Paulo, em sua maioria, entendem que a participação era parcial (51,17%). Já 38,89% deles afirmaram haver participação diária intensa do grupo. Os alunos do SENATI, em sua maioria, também entendem que a participação era parcial (50%), sendo que 38,89% deles afirmaram haver participação diária intensa do grupo.

Tabela 13. Participação do Grupo de Gestão Escolar (Ensino Médio)

Descrição	Sim		Sim		Não	
	Participavam		Parcialmente		Participavam	
	FATEC	SENATI	FATEC	SENATI	FATEC	SENATI
Direção, coordenadores, professores e funcionários participavam, intensamente, das atividades cotidianas	38,89%	38,89%	51,17%	50%	9,94%	11,11%

Fonte: Elaborado pelos autores

A Tabela 14 por sua vez, corresponde à sétima pergunta, que procurou identificar se, durante o Ensino Médio, os alunos tiveram a oportunidade de participarem do processo de tomada de decisões na Escola, fazendo parte do Grêmio Escolar, Conselho de Escola, APM, Eleição de Diretores ou de qualquer outra forma, através de convite do grupo de gestão escolar. Apenas 13,16% dos alunos da Fatec informaram que não se recordam, outros 34,21% afirmaram que receberam convites e outros 52,63% informaram que não receberam convites para participarem. Os alunos do SENATI, por sua vez, também afirmaram, em sua maioria (61,11%), que não receberam convites para participação.

Tabela 14. Oportunidade de Participação (Ensino Médio)

Descrição	Sim		Não		Não Recordo	
	FATEC	SENATI	FATEC	SENATI	FATEC	SENATI
Você já foi convidado para participar do processo de tomada de decisões na Escola, fazendo parte do Grêmio Escolar, Conselho de Escola, APM, Eleição de Diretores ou de qualquer outra forma	34,21 %	33,33 %	52,63 %	61,11 %	13,16 %	5,56%

Fonte: Elaborado pelos autores

Ainda nesta categoria de análise, estão as perguntas 12 e 13 do questionário, respondidas com base na experiência dos alunos no Ensino Superior Tecnológico. A Tabela 05 corresponde às respostas para ambas as questões, que procuraram também identificar se o aluno tem contato com o Diretor/Gestor da Faculdade, Coordenadores ou outras pessoas da administração. A maior parte dos alunos da Fatec informou não ter contato com o Diretor (79,22%) e ter contato eventual com coordenadores e demais pessoas da administração (53,90%). Já os alunos do SENATI informaram ter um maior contato eventual com o Diretor (50%), além dos coordenadores ou outras pessoas da administração da instituição.

Tabela 15. Acesso ao Grupo de Gestão da Instituição (Ensino Superior)

Descrição	Sim Sempre		Sim Eventualmente		Não Nunca	
	FATEC	SENATI	FATEC	SENATI	FATEC	SENATI
Contato com Diretor/Gestor	2,27%	12,50%	18,51%	50,00%	79,22%	37,50%
Contato com Coordenadores ou outras pessoas da administração	22,40%	25,00%	53,90%	37,50%	23,70%	37,50%

Fonte: Elaborado pelos autores

Os alunos do SENATI participaram um pouco mais das APM e Associações Estudantis (16,67% e 33,33%), conforme Tabela 06, mas não participaram do Conselho de Escola ou Eleição de Diretores.

Essa informação confirma os dados extraídos da sétima questão. A maior participação dos alunos ocorreu nos Grêmios e Associações Estudantis. As demais instituições pouco foram citadas. A participação nos Conselhos de Escola, órgão de grande importância para a gestão escolar, foi menos significativa se comparada às demais.

Tabela 16. Participação efetiva dos alunos na Gestão Escolar (Ensino Médio)

Descrição	FATEC	SENATI
Associação de Pais e Mestres	7,89 %	16,67%
Grêmio Estudantil ou outra Associação de alunos	19,01 %	33,33%
Conselho de Escola	3,22%	0%
Eleição de Diretores	8,77%	0%
Nunca participaram	69,30%	61,11%

Fonte: Elaborado pelos autores

Ainda nesta categoria de análise, estão as perguntas 11 e 14 do questionário, respondidas com base na experiência dos alunos no Ensino Superior Tecnológico. A Tabela 17 corresponde às respostas para ambas as questões, que procuraram também identificar as formas de participação dos alunos nas instituições de suas Faculdades:

Tabela 17. Participação efetiva dos alunos no Ensino Superior

Descrição	Participação	
	FATEC	SENATI
Congregação ou Consejo Institucional	6,49 %	25,00%
Centro Acadêmico ou Outras	12,99 %	31,25%
Associação Atlética	8,12%	-
Empresa Júnior	0,97%	-
Não participan	82,47%	68,75%

Fonte: Elaborado pelos autores

Os alunos do SENATI citaram, além dos Centros e Conselhos Estudantis, o CONCYTEC (Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica).

Observa-se, portanto, o número de participações informadas pelos alunos da Fatec São Paulo foi ainda menor que no Ensino Médio, demonstrando que a efetiva participação dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões caminha a passos lentos. Já os alunos do SENATI informaram maiores percentuais, demonstrando avanço em termos de participação estudantil no que se refere ao Ensino Superior.

A maior parte dos alunos da Fatec São Paulo e do SENATI entende que Internacionalização da Educação se refere às trocas de experiências entre as instituições de ensino do mundo, com a promoção de Intercâmbios, realização de projetos de pesquisa conjuntos, efetivação de parcerias internacionais para o aprimoramento dos cursos (39,85% e 46,15% respectivamente) em atendimento às demandas do mundo global.

Uma grande parcela dos alunos respondentes (34,48% e 38,46%) entende que se trata da adoção de um padrão internacional para a educação, outra parcela dos alunos informou desconhecer o tema (17,24% e 7,69%) ou, ainda, apresentou respostas distantes do conceito de Internacionalização da Educação (10,34% e 7,69%).

Tabela 18. Compreensão do tema Internacionalização da Educação

Descrição	FATEC	SENATI
Trocas de experiências entre as instituições de ensino do mundo, com a promoção de Intercâmbios, realização de projetos de pesquisa conjuntos, efetivação de parcerias internacionais para o aprimoramento dos cursos	39,85%	46,15%
Adoção de modelo/padrão internacional para a educação	34,48%	38,46%
Não souberam responder	17,24%	7,69%
Outras	10,34%	7,69%

Fonte: Elaborado pelos autores

Já a décima sexta pergunta, por sua vez, procurou identificar se o respondente já participou de Intercâmbios, Congressos ou Simpósios Internacionais

enquanto estudante. Apenas 12,34% dos alunos da Fatec São Paulo responderam afirmativamente, sendo que a maior parte deles participou de Congressos e Simpósios realizados no Brasil e apenas 7 alunos já participaram de Programas de Intercâmbio Internacional para estudos. Quanto aos alunos do SENATI, apenas 12,50% informaram ter participado dessas experiências, contudo, não especificaram os tipos de eventos em que participaram ou se já realizaram algum intercâmbio estudantil.

Observa-se que a maior parte dos alunos apresentou definições bastante corretas sobre o tema, discorrendo sobre as necessidades de troca de informações, modelos e práticas entre as instituições educacionais do mundo, bem como a necessidade de facilitação da mobilidade entre os programas de educação, para que os estudantes consigam permanecer incluídos no cenário global do trabalho. Muitos, porém, afirmaram tratar-se da imposição de um padrão ou modelo único de educação, que desconsideraria as questões locais e culturais de cada país. Percebe-se, portanto, que a ideia e o conceito de internacionalização da educação ainda está em processo de assimilação ou de construção na instituição estudada.

5. Considerações finais

A pesquisa buscou identificar, principalmente, os caminhos seguidos pela democratização e pela gestão participativa da escola, através do exercício comparativo entre as duas Instituições de EPT estudadas, diante dos novos desafios educacionais mundiais, especialmente quando as noções de tempo e espaço tomam outra forma diante da globalização, do progresso tecnológico vivenciado e das propostas para a internacionalização da EPT.

O contexto latino americano marcado pelas experiências de governos ditatoriais, desigualdades sociais e indicadores preocupantes de escolarização e profissionalização demandam estudos específicos para compreender as realidades locais dadas as questões geopolíticas e socioeconômicas comuns para essas realidades locais.

No convênio marco assinado pelo CEETEPS e pelo Senati é declarado que ambas instituições coincidem na proposta de contribuir ao desenvolvimento

econômico e social mediante a formação, a capacitação e atualização tecnológica de recursos humanos e o fomento ao desenvolvimento tecnológico e a pesquisa aplicada. O que se observa ao longo do estudo é que essa coincidência precisa ser avaliada e aprofundada a partir das aproximações dessas instituições em projetos específicos. O estudo que realizamos pode ser útil para que as duas instituições possam ter um conhecimento mútuo a fim de criar e fortalecer propostas em comum.

Esta busca se deu, nos limites desse estudo, para elucidar como as duas instituições objetivam o fortalecimento acadêmico e operativo de programas e ações considerando a participação da comunidade escolar na capacitação, aperfeiçoamento de funcionários, quadros diretivos e desenvolvimento da formação oferecida aos alunos.

O enfoque do estudo sendo a gestão participativa se mostrou relevante perante o convênio marco entre essas duas instituições latinoamericanas de EPT justamente por enfatizarem o interesse mútuo em se comprometerem em ações e pesquisas conjuntas que contribuam para os respectivos desenvolvimentos institucionais. Isso se percebe pelas modalidades de ações de cooperação técnica internacional previstas no documento como o fortalecimento acadêmico e operativo dos programas de formação de ambas instituições, a capacitação e aperfeiçoamento de funcionários, diretivos, assessores, alunos, profissionais instrutores e pessoal administrativo de ambas instituições, através de cursos, seminários, congressos, estágios técnicos ou empresariais, seja de forma presencial e/ou virtual, além de intercâmbio e envio de especialistas para o desenvolvimento de ações e trabalhos em áreas de interesse institucional.

No tocante aos resultados apresentados em termos de gestão participativa e democratização da escola, observa-se que, no Brasil, em relação à primeira categoria de análise, com perguntas que procuraram verificar se a gestão estava centralizada na pessoa do Diretor ou se, nas escolas de ensino médio pelas quais passaram os alunos da Fatec São Paulo, estava se buscando a descentralização da figura do Diretor e a extração de seu autoritarismo histórico, já existe esse movimento de descentralização e extração do autoritarismo, embora os percentuais

demonstrem que a questão precisa continuar sendo trabalhada, para que a escola reflita, de fato, o novo modelo de gestão almejado pelas instituições.

Verificou-se o pequeno envolvimento dos alunos nas instituições participativas, tanto no Ensino Médio quanto no Superior, no tocante à segunda categoria de análise. Os números ficaram muito próximos aos números apresentados nas pesquisas Juventude Brasileira e Democracia: participação, realizada pelo IBASE entre 2005 e 2006, e na Agenda Juventude Brasil – Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros, realizada em 2013.

Se a escola é espaço de desenvolvimento da autonomia e consciência crítica do aluno e se as possibilidades de participação neste espaço são essenciais para este fim, é preciso um olhar atento para este quadro. Às Escolas e Instituições de Educação Superior e suas equipes de gestão, fica evidente a necessidade de trabalhar-se o incentivo à participação e ao protagonismo do estudante.

Cita-se, ainda, como fator positivo, a maior participação dos pais ou responsáveis nas Associações de Pais das escolas do Peru, que supera a participação informada pelos alunos do Brasil, afinal, a educação é também dever das famílias. Somente a participação de todos os segmentos envolvidos na construção da escola poderá garantir a democratização almejada.

As ações centradas no desenvolvimento institucional de ambas as partes pressupõem a participação de todos os atores envolvidos no processo educacional, o que em si já é um objeto interessante de análise. Ou seja, em estudos futuros pode ser verificada a efetividade do envolvimento desses atores e a aprendizagem que essas instituições podem alcançar a partir da participação de seus funcionários e alunos em ações de intercâmbio propostas e realizadas no escopo desse convênio.

No âmbito da parceria em tela, o suporte da mobilidade, como intercâmbio e envio de especialistas para o desenvolvimento de ações e trabalhos em áreas de interesse institucional, tem sido compreendido como ações centradas no desenvolvimento institucional de ambas as partes. Essa experiência fortalece e exige o exercício comparativo constante e sistemático no desenvolvimento da investigação em curso.

Referências bibliográficas

- Aguilar, L. E. (2016). Three models of comparative analysis: time, space and education. *XV Congreso Nacional De Educación Comparada, Ciudadanía Mundial Y Educación Para El Desarrollo. Una Mirada Internacional* Conference Paper. Sevilla, 2016. Disponível em www.researchgate.net
- Anderson, D. R., Sweeney, D. J. e Williams, T. A. (2007). *Estatística aplicada à administração e economia*. 2. ed. São Paulo: Editora Cengage Learning.
- Arnone, Robert F. (2012). Análises de Sistemas-Mundo e Educação Comparada na Era da Globalização. In R. Cowen, A. Kazamias e E. Ulterhalter, *Educação Comparada: panorama internacional e perspectivas*. Brasília: UNESCO, CAPES.
- Bogdan, R. C. e Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.
- Brasil (2018). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>
- Brasil (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* nº 9.394, de 20 de dezembro.
- Brasil (1998). *Salto para o Futuro: Construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação a Distância.
- Cruz, R. C. (2012). *A gestora escolar: entre a prática e a gramática*. Tese Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br>
- Dourado, L. F. (2006). *Gestão da Educação Escolar*. 88 p. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação à Distância. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>
- Ferran Ferrer, J. (2002). *La educación comparada actual*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Gewirtz, S. e Ball, S. (2011). "Do Modelo de Gestão do Bem-Estar Social ao novo gerencialismo: mudanças discursivas sobre gestão escolar no mercado educacional. In S. Ball e J. Mainardes (Orgs.), *Políticas educacionais: questões e dilemas* São Paulo: Cortez.
- Hans, N. A. (1971). *Educação Comparada*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

- Hora, D. L. da. (2012). *Gestão Democrática na Escola*. São Paulo: Papirus Editora.
- Ibase. (2006). *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Relatório Global. Rio de Janeiro: Ibase.
- Ibase. *Livro das Juventudes Sul-americanas*. Rio de Janeiro: Ibase, maio de 2010.
- Libâneo, J. C., Oliveira, J. F. de e Toschi, M. S. (2011). *Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização*. 10 ed. São Paulo: Cortez.
- Lightfoot, S. (1978). *Worlds apart - Relationships between families and schools*. Nova Iorque: Basic Books.
- Lourenço Filho, M. B. (2004). *Educação Comparada*. Organização Ruy Lourenço Filho, Carlos Monarcha - 3. ed. – Brasília: MEC/Inep, 2004. 250p. Disponível em <https://bit.ly/2G7U4Ue>
- Manzon, M. (2015). Comparação entre lugares. In M. Bray, B. Adamson e M. Mason (Orgs.), *Pesquisa em Educação Comparada: abordagens e métodos*. Brasília: Liber Livro.
- Martins, F. A. S. (2010). *A Voz do Estudante na Educação Pública: Um Estudo sobre Participação de Jovens por Meio do Grêmio Estudantil*. Dissertação Mestrado em Educação – Universidade Federal de Minas Gerais UFMG. Belo Horizonte.
- Muccilo, M. A. e Almeida, I. B. (2010). *As Faces da Escola: um olhar caleidoscópico*. São Paulo: Emoped.
- Paro, V. H. (2012). *Administração Escolar: introdução Crítica*. 17 ed. São Paulo: Cortez.
- Paro, V. H. (2015). *Diretor Escolar: educador ou gerente?* São Paulo: Cortez.
- Perrella, C. dos S. S. (2012). *Formação e Participação Políticas de Conselheiros de Escola: o caso do município de Suzano – SP (2005-2009)*. Tese Doutorado em Educação – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Peters, M., Marshall, J. e Fitzsimons, P. (2004). Gerencialismo e política educacional em um contexto global: Foucault, neoliberalismo e a doutrina da auto-administração. In: BURBULES, N.C.; TORRES, C.A. *Globalização e educação: perspectivas críticas*. Porto Alegre: ARTMED, 77-90
- Peru, *Serviço Nacional de Treinamento em Trabalho Industrial*. (2018). Disponível em <http://www.senati.edu.pe>
- São Paulo (Estado) (1985). *Lei Complementar nº 444*, de 27 de dezembro de 1985.

São Paulo (Estado) (2014). *Cartilha Conselho De Escola*, Disponível em <https://bit.ly/307UPUu>

Saviani, D. (2012). *Escola e Democracia*. 42. ed. São Paulo: Autores Associados.

Veiga, I. P. A. e Fonseca, M. (2001). *As dimensões do Projeto Político-Pedagógico: Novos Desafios para a Escola*. São Paulo: Papirus.

Recebido em: 5 de junho de 2020

Aceito em: 2 de setembro de 2020



Revista Educación, Política y Sociedad (ISSN 2445-4109) está distribuída bajo una [Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)